

# Propostas para Infância e Adolescência:

**Como as empresas podem contribuir para garantir os direitos das crianças e dos adolescentes da cidade de São Paulo**



# CRÉDITOS

## REALIZAÇÃO

Fórum Empresarial de Apoio à Cidade de São Paulo

Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social

Rede Nossa São Paulo

UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância)

## CRIAÇÃO E PRODUÇÃO GRÁFICA

Guilherme D. Norberto

OUTUBRO 2010

APRESENTAÇÃO	4
COMO FAZER	6
O QUE FAZER	8
INDICADORES	9
- PRIMEIRO CICLO: 0 A 6 ANOS	11
- SEGUNDO CICLO: 7 A 14 ANOS	14
- TERCEIRO CICLO: 15 A 18 ANOS	19
MAPA	23

O Fórum Empresarial de Apoio à Cidade de São Paulo é uma iniciativa do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e da Rede Nossa São Paulo e tem como objetivo sensibilizar, mobilizar e assessorar as empresas para que atuem visando ao desenvolvimento justo e sustentável de São Paulo.

Acreditando que o investimento na infância e adolescência é fator decisivo para a melhoria das condições de vida no município, Fórum, Ethos e Nossa São Paulo se uniram ao UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) para produzir este material de referência, com o intuito de contribuir para que as empresas, de forma organizada, sistêmica e eficiente, empreendam ações e parcerias com outras empresas, organizações sociais, poder público e instituições de ensino e pesquisa, a fim de ampliar o acesso das crianças e dos adolescentes que vivem nas áreas mais vulneráveis da cidade ao conjunto de serviços e oportunidades necessários para a plena realização de seus direitos.

Em última instância, o esforço tem a intenção de reduzir as iniquidades que não apenas envergonham esta que é uma das mais ricas e poderosas cidades do mundo, como também afetam a qualidade de vida de todos os seus moradores. Neste contexto, é importante observar que a falta de investimento na infância e adolescência contribui fortemente para o acirramento das desigualdades, gerando uma série de riscos para o país e para a cidade de São Paulo, tais como:

## A PERPETUAÇÃO DA POBREZA

Crianças e adolescentes que não têm acesso a uma educação de qualidade e a oportunidades também qualificadas de preparação e inserção no mundo do trabalho dificilmente conseguem romper o ciclo de pobreza em que vivem e tendem a se tornar adultos dependentes de subsídios do Estado ou mesmo da sociedade civil. Com isso, perdem a chance de assegurar uma vida mais digna para si mesmos e de contribuir para a melhoria da cidade e do país.

## A INEFICIÊNCIA DO GASTO PÚBLICO

O investimento em crianças e adolescentes aumenta a eficiência da despesa pública e diminui a necessidade de políticas compensatórias. A atenção integral desde a primeira infância reduz a incidência de mortalidade, problemas de saúde, abandono da escola e violência, além de ampliar o potencial de aprendizagem de meninos e meninas. Investimentos destinados a prover melhores condições de vida para as crianças e os adolescentes permitem ainda que as famílias também continuem estudando, trabalhando e ampliando a sua renda. Com isso, recursos atualmente canalizados para a solução de problemas podem ser redirecionados para o desenvolvimento do capital humano e a melhoria da infraestrutura da cidade e do país.

## O COMPROMETIMENTO DA QUALIDADE DA FORÇA DE TRABALHO

Uma cidade e um país que investem em suas crianças e seus adolescentes ampliam o seu nível de competitividade econômica e a sua perspectiva de crescimento sustentável, uma vez que apostam na qualidade e produtividade da sua futura força de trabalho. Nesse contexto, torna-se vital que São Paulo seja capaz de prover as necessidades básicas e desenvolver o potencial intelectual, emocional e afetivo de cada um dos seus meninos e de suas meninas, a fim de despertar a curiosidade, capacidade de raciocínio e consciência social, entre outras habilidades imprescindíveis a um profissional e um cidadão verdadeiramente contributivos.

## O AUMENTO DA VIOLÊNCIA

Crianças e adolescentes de comunidades populares convivem sistematicamente com a violência, tanto nas ruas, quanto em suas próprias escolas e famílias. Acuados diante da baixa qualidade dos serviços a eles oferecidos e da falta de oportunidades e perspectivas de transformação da sua realidade, tornam-se alvos fáceis de casos de negligência, maus-tratos, abuso, exploração, aliciamento e homicídio, entre outras situações de alto risco para a sua integridade física e emocional. Ainda que mais acentuada nas regiões periféricas da cidade, a violência urbana transborda esses limites geográficos e ameaça toda a cidade, inclusive as crianças e os adolescentes de maior poder aquisitivo.

## O NÃO CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO (ODMs) E DE DIVERSOS COMPROMISSOS INTERNACIONAIS COM A JUSTIÇA SOCIAL

O apoio à garantia dos direitos econômicos e sociais das mulheres, das crianças e dos adolescentes faz parte da agenda central dos principais movimentos e metas globais na área do desenvolvimento. Cinco dos oito ODMs estão diretamente vinculados à garantia dos direitos da infância, da adolescência e de suas mães. Dois dependem fundamentalmente da melhoria de suas condições de vida, uma vez que são eles as principais vítimas da miséria, da fome e das epidemias. Os demais só serão alcançados se as novas gerações forem preparadas para assumir atitudes mais responsáveis diante do outro e do meio ambiente. Para consolidar sua posição de potência emergente, o Brasil e a cidade de São Paulo, enquanto principal centro econômico e financeiro do país, precisam dar demonstrações claras de que estão comprometidos com essas metas.

Diferentes setores da sociedade, inclusive as próprias empresas, já realizam diversas ações com a intenção de melhorar a vida das crianças e dos adolescentes da cidade de São Paulo. As estatísticas oficiais indicam mudanças positivas em diversas áreas, principalmente com relação à redução da mortalidade infantil, à ampliação do acesso ao pré-natal, à quase universalização do ensino fundamental e ao aumento do acesso a equipamentos e atividades de inclusão digital, cultura, esporte e lazer.

Muito, no entanto, ainda precisa ser feito e com mais eficiência e eficácia, a fim de que desafios crônicos sejam erradicados e novos problemas sejam prevenidos. Por essa razão, propomos às empresas que observem alguns princípios orientadores, capazes de qualificar e potencializar a sua contribuição.

## **SOME ESFORÇOS COM QUEM JÁ ESTÁ FAZENDO OU TEM OBJETIVOS COMPLEMENTARES AOS SEUS**

A competição entre as empresas faz parte do mundo dos negócios. Na área social, no entanto, quem consegue trabalhar de forma cooperativa alcança melhores resultados. Além de mais impactantes, ações realizadas de forma sinérgica por diferentes empresas e organizações governamentais e não-governamentais apresentam melhor relação custo-benefício, maior potencial de escala e mais chances de assegurar a sua continuidade.

## **INVISTA EM AÇÕES E ARTICULAÇÕES QUE SEJAM CAPAZES DE PROMOVER O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DE MENINOS E MENINAS**

Crianças e adolescentes precisam ter acesso a todo um conjunto de serviços e oportunidades para que realmente possam se desenvolver de forma plena. Orientação às famílias, atenção à saúde desde a primeira infância, com atendimento especializado para adolescentes, educação de qualidade da creche ao ensino médio, atividades de inclusão digital, cultura, esporte e lazer, programas de formação e inserção profissional e sistemas de proteção contra a violência são componentes indissociáveis desse processo. A oferta desse conjunto de serviços e oportunidades depende de uma forte articulação entre diferentes atores e setores da sociedade. Ao investir em um determinado programa ou comunidade, é importante que sua empresa se articule com outras organizações, a fim de assegurar que todos esses direitos básicos sejam garantidos.

## **PRIORIZE REGIÕES DE MAIOR NÍVEL DE VULNERABILIDADE**

São Paulo oferece muitos serviços e oportunidades para os seus concidadãos, mas de forma concentrada nas áreas mais centrais e/ou de maior poder aquisitivo da cidade. Para serem mais efetivos, investimentos na infância e adolescência devem priorizar territórios que apresentam indicadores sociais mais comprometidos, como favelas, conjuntos habitacionais, assentamentos e cortiços, também chamados de comunidades populares.

## **PROCURE ESCUTAR A COMUNIDADE E ENTENDER BEM AS SUAS DIFICULDADES ANTES DE OFERECER POSSÍVEIS SOLUÇÕES**

Um diagnóstico bem elaborado é requisito essencial para uma ação social eficaz. A análise de indicadores oficiais pode e deve ser complementada por consultas a representantes do poder público, lideranças locais, famílias e até mesmo às próprias crianças e aos adolescentes. Além de entender o que eles precisam e desejam, essa abordagem facilita o processo de mobilização e engajamento, sem o que dificilmente um projeto consegue alcançar resultados mais expressivos.

## **ASSEGURE QUE SEUS INVESTIMENTOS SEJAM CAPAZES DE GERAR MUDANÇAS ESTRUTURANTES E SUSTENTÁVEIS**

Ainda que desenvolvendo uma ação localizada, identifique como essa iniciativa pode provocar impactos duradouros na vida das crianças e dos adolescentes diretamente atendidos. Avalie ainda como essa contribuição pode subsidiar a criação de novos paradigmas ou novas tecnologias sociais capazes de mudar a forma como as coisas são feitas. Perceba como pode influenciar políticas públicas ou programas de grande escala, que levem benefícios para muitos outros meninos e meninas.

## **MONITORE E AVALIE OS RESULTADOS**

Ainda que tenha a percepção de estar investindo em iniciativas relevantes para as crianças e os adolescentes, é importante que a empresa acompanhe não apenas a qualidade das ações realizadas, mas principalmente o impacto que elas estão tendo na vida dos participantes, inclusive no médio e longo prazos. Indicadores que retratam o nível de saúde e bem-estar, desempenho escolar, repertório cultural, inclusão digital, empregabilidade, autonomia e cidadania de crianças, adolescentes e suas famílias confirmam os acertos e apontam deficiências a serem superadas. Quando a empresa está verdadeiramente comprometida com a garantia de melhores condições de vida e perspectivas de futuro para esses meninos e meninas a satisfação do dever cumprido depende da certeza de que os objetivos pretendidos estão sendo alcançados.

As empresas da cidade de São Paulo são convidadas a participar de um esforço articulado para reduzir o nível de vulnerabilidade das crianças e dos adolescentes que vivem nas comunidades populares do município.

A proposta é que atuem de forma sinérgica em regiões que apresentam alguns dos piores indicadores sociais da cidade, mas possuem organizações e lideranças locais mobilizadas e dispostas a se corresponsabilizar pela melhoria das condições de vida de seus meninos e suas meninas. Uma vez identificadas essas comunidades, o desafio passa a ser o de viabilizar a oferta qualificada de um conjunto de serviços e oportunidades que assegurem a promoção do desenvolvimento integral das crianças e dos adolescentes ao longo dos seus diferentes ciclos de vida.

As empresas interessadas podem participar do processo de diferentes maneiras, sempre em consonância com suas políticas e programas de responsabilidade social. Uma delas seria concentrar sua atuação em uma determinada comunidade, para articular todo o conjunto de serviços e oportunidades naquele território, a fim de que estejam disponíveis para cada criança e cada adolescente que ali residem. Outra forma de contribuição aconteceria por meio da oferta de um determinado programa ou equipamento em uma ou mais comunidades, sempre em articulação com parceiros que estariam complementando o serviço ou a oportunidade em cada região.

É interessante que as empresas se disponham a utilizar vários dos seus ativos para criar um intenso movimento de apoio às comunidades identificadas. Além dos recursos do investimento social direto, estimula-se o engajamento dos programas de voluntariado corporativo, bem como as áreas de comunicação, marketing e relações institucionais, que podem ajudar sobremaneira para mobilizar outros públicos a contribuir com a iniciativa, incluindo clientes, fornecedores e sociedade em geral.

Recomenda-se ainda que a ação das empresas esteja alinhada com a do poder público, para que se evitem superposições e se reforce o papel do governo enquanto responsável pela gestão da política pública. Uma intervenção mais forte do setor privado neste momento tem a intenção de somar esforços para acelerar as mudanças necessárias, por meio da disponibilização de tecnologias e investimentos sociais complementares aos do Estado.

Quanto ao conjunto de serviços e oportunidades, torna-se fundamental que responda a demandas essenciais que ainda não estão sendo satisfatoriamente atendidas, o que compromete a sobrevivência e o desenvolvimento de um enorme contingente de crianças e adolescentes na cidade de São Paulo, conforme demonstram os indicadores apresentados a seguir.



## IRBEM – INDICADORES DE REFERÊNCIA DE BEM-ESTAR NO MUNICÍPIO

Em uma iniciativa inédita, a Rede Nossa São Paulo lançou em junho de 2009 uma mobilização para elaborar um conjunto de indicadores que reúne também aspectos subjetivos sobre as condições de vida em São Paulo. O objetivo da construção do IRBEM (Indicadores de Referência de Bem-Estar no Município) é orientar ações de organizações, governos, empresas e toda a sociedade, considerando como foco principal o bem-estar das pessoas.

A consulta pública realizada de junho a outubro de 2009 teve a participação de mais de 36 mil pessoas, que apontaram os itens mais importantes para a qualidade de vida no município em 25 temas. Em uma nova etapa da pesquisa, o Ibope foi a campo para verificar o nível de satisfação com os itens escolhidos na consulta pública como mais importantes para o bem-estar, desta vez em um recorte proporcional ao perfil e número de moradores por região. Foram entrevistadas 1.512 pessoas entre os dias 2 e 16 de dezembro de 2009. O lançamento da pesquisa ocorreu em 19 de janeiro, no teatro do Sesc Consolação. A consulta será repetida a cada ano para verificar a evolução da qualidade de vida do paulistano.

Vale esclarecer que os números que aparecem ao lado de cada item do IRBEM correspondem à média das notas dadas pelos cidadãos, numa escala de 1 a 10 e a média é 5,5.

Confira em [www.nossasaopaulo.org.br/portal/irbem](http://www.nossasaopaulo.org.br/portal/irbem)

## OBSERVATÓRIO CIDADÃO NOSSA SÃO PAULO

Banco de dados virtual que disponibiliza um conjunto de indicadores sociais, ambientais, econômicos, políticos e culturais sobre a cidade de São Paulo e cada uma das 31 subprefeituras. Há indicadores que já estão disponíveis também para cada um dos 96 distritos. Os números são constantemente atualizados e divulgados para toda a sociedade.

Distribuídos em 15 áreas temáticas, os indicadores são hierarquizados da melhor subprefeitura para a que apresenta pior resultado, em cada um deles. No tema Cultura, por exemplo, o indicador “Acervo de livros infanto-juvenis das bibliotecas municipais per capita” revela que, neste aspecto, a região da cidade com melhor situação é a Mooca, com 2,34 livros por habitante. O número mais baixo ficou com Cidade Ademar, Parelheiros e São Mateus, com zero exemplar por morador de cada região.

Confira em [www.nossasaopaulo.org.br/observatorio](http://www.nossasaopaulo.org.br/observatorio)

## CONSULTA ÀS LIDERANÇAS, ÀS CRIANÇAS E AOS ADOLESCENTES DAS COMUNIDADES POPULARES QUE PARTICIPAM DA PLATAFORMA DOS CENTROS URBANOS

No final de 2009, adolescentes e adultos de 55 comunidades populares das cidades de São Paulo e Itaquaquecetuba foram a campo para ouvir a opinião de lideranças, crianças e adolescentes sobre as condições de vida de seus meninos e meninas. No total, foram ouvidas 2.148 lideranças e 2.183 crianças e adolescentes.

A metodologia e a análise foram coordenadas pelo Instituto Paulo Montenegro (IPM), responsável pelas ações sociais do Ibope. Os próprios adultos e adolescentes que moram nas comunidades foram capacitados pelo IPM e as organizações não-governamentais Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento (Cieds) e Viração para aplicar os questionários.

Em uma escala de 0 a 10, os entrevistados deram notas sobre questões relativas a sobrevivência e ao desenvolvimento de crianças até 6 anos, educação, proteção, participação das crianças e dos adolescentes e respeito à diversidade.

O levantamento faz parte das ações da Plataforma dos Centros Urbanos, iniciativa do UNICEF, que articula diversos setores da sociedade com o objetivo de reduzir as desigualdades e garantir os direitos de cada criança e cada adolescente que vivem nos grandes centros urbanos brasileiros, especialmente os que moram nas comunidades populares.

# PRIMEIRO CICLO: 0 A 6 ANOS

## O QUE DIZEM OS NÚMEROS E AS COMUNIDADES

### EM RELAÇÃO ÀS FAMÍLIAS

A atenção à primeira infância depende em grande medida da capacidade das famílias de prover um ambiente saudável, acolhedor e estimulante para as crianças pequenas. Em São Paulo, muitos bebês ainda morrem antes de completar um mês de vida devido a doenças de fácil prevenção e cura. A maioria dessas crianças pode ser salva com ações simples, como acompanhamento pré-natal, aleitamento materno exclusivo até os seis meses, cuidados com higiene e nutrição e cobertura vacinal. Famílias com baixa escolaridade e pouco acesso à informação precisam ser orientadas a cuidar bem dos seus filhos e filhas, inclusive para que se possam evitar problemas como os acidentes e a violência doméstica, que também ameaçam a integridade e a vida desses meninos e meninas.

Moradores de São Paulo que responderam ao IRBEM revelam que as famílias não se envolvem como deveriam na educação de seus filhos (5,2). Lideranças locais e moradores entrevistados pelos participantes da Plataforma dos Centros Urbanos reconhecem que as relações familiares em suas comunidades não são boas, nem oferecem um ambiente adequado para as crianças se desenvolverem (3,9). Apontam que boa parte das famílias são visitadas mensalmente por agentes de saúde e da assistência social (5,3), mas não estão satisfeitos com as orientações que recebem sobre como cuidar dos bebês e crianças pequenas,

incluindo a prevenção de acidentes em casa (4,6). Dizem que as famílias ainda não entendem a importância da educação infantil, nem sabem exigir um atendimento de qualidade (4,1). Também revelam que existem poucos programas na sua região que ajudam pais e mães de crianças entre 0 e 6 anos na geração de renda e obtenção de empregos, para que possam oferecer melhores condições de vida para seus filhos e filhas (3,6).

A consulta revela ainda que as famílias muitas vezes não têm tempo, nem disponibilidade para cuidar de suas crianças (3,2) e que costumam recorrer à violência para educá-los (4,0). A percepção é que existem poucos programas voltados a promover o convívio familiar e comunitário (4,0) e para orientação e proteção para casos de violência doméstica contra crianças e adolescentes (4,0). O Observatório Cidadão mostra que, em 2007, o número de internações de crianças de 0 a 14 anos<sup>1</sup> na cidade por causas relacionadas a possíveis agressões chegou a 5.113, o equivalente a 146,85 casos para cada cem mil crianças. Na Subprefeitura da Freguesia/Brasilândia esse índice foi de 382,65 para cada cem mil, enquanto na Mooca foi de 67,23 por cem mil.

<sup>1</sup> Fonte: AIHs (Autorizações de Internações Hospitalares)/DATASUS

# PRIMEIRO CICLO: 0 A 6 ANOS

## O QUE DIZEM OS NÚMEROS E AS COMUNIDADES

### EM RELAÇÃO AOS ESPAÇOS PARA APRENDER E BRINCAR

Diversos estudos nas áreas de neurociências, psicologia, cognição e educação demonstram a importância da atenção nos primeiros anos de vida, uma vez que esta etapa do ciclo de vida tem impactos definitivos no desenvolvimento do cérebro humano. O pouco estímulo nessa fase inicial impede a formação de circuitos neuronais, comprometendo uma série de capacidades, inclusive a de aprender. Diversas análises econômicas também apontam que, quanto mais cedo se investe no capital humano, mais rápidos e significativos são os resultados.

Em São Paulo, o Observatório Cidadão indica que, em 2009, apenas 62,24% das crianças inscritas conseguiram vagas em creches<sup>2</sup>. Os respondentes do IRBEM reforçam que é baixa a oferta de creches, pré-escolas e escolas em locais próximos à sua moradia (4,9).

Lideranças e moradores ouvidos pela Plataforma dos Centros Urbanos confirmam que são poucas as crianças que têm vagas em creches, em locais e horários adequados às necessidades de suas mães (3,4). Também indicam que há poucos espaços e atividades para que as crianças pequenas possam brincar (3,3), com escassas ONGs e outras associações que oferecem espaços e orientação para brincadeiras e atividades próprias para crianças de até 6 anos (4,2).

<sup>2</sup> Fonte: SME (Secretaria Municipal de Educação)/ATP (Assessoria Técnica e de Planejamento)/Centro de Informática

### EM RELAÇÃO À INFRAESTRUTURA URBANA

Comunidades populares de grandes centros urbanos sofrem invariavelmente com a precariedade de sua infraestrutura urbana. Geralmente originárias de ocupações irregulares, muitas dessas localidades não dispõem de serviços básicos, como saneamento e coleta regular de lixo, o que afeta diretamente a saúde da população, especialmente das crianças pequenas.

Em 2007, o Observatório Cidadão indicava que a subprefeitura de Cidade Ademar tinha 37,08% de seus domicílios sem ligação com a rede de esgoto<sup>3</sup>. Em 2008, 25% da cidade não tinha tratamento do esgoto coletado<sup>4</sup>.

Os respondentes do IRBEM não se mostram satisfeitos com o serviço de coleta seletiva em seu bairro (5,4), nem com a oferta e qualidade do esgotamento sanitário em sua casa (5,9).

As comunidades populares participantes da Plataforma dos Centros Urbanos confirmam ainda enfrentar problemas como a falta de pavimentação, iluminação pública e coleta de lixo (5,9). Também revelam que os moradores são pouco orientados a prevenir doenças provocadas pela má qualidade do ambiente, como dengue, vermes, leptospirose, infecções respiratórias, entre outras.

<sup>3</sup> Fonte: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Senso 2000)/SABESP (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - 2007)

<sup>4</sup> Fonte: SABESP (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo).

# PRIMEIRO CICLO: 0 A 6 ANOS

## O QUE AS EMPRESAS PODEM ARTICULAR OU REALIZAR

### FAMÍLIAS

Programas voltados a fortalecer a capacidade das famílias de cuidar bem e oferecer melhores condições de vida para seus filhos e filhas desde a gestação. Recomenda-se que as ações incluam orientações nas áreas de saúde, educação e proteção, abordando temas como higiene, nutrição, desenvolvimento infantil, prevenção de acidentes e violência doméstica. Os programas devem indicar caminhos para que pais e mães possam fazer valer os direitos de seus meninos e meninas em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente. É interessante que sejam oferecidas atividades que estimulem as famílias a avançar em seus estudos e formação profissional para que ampliem a sua capacidade de gerar trabalho e renda.

### CRECHES E PRÉ-ESCOLAS

Programas voltados à construção, ampliação ou melhoria de creches e escolas de educação infantil, incluindo a formação de gestores, educadores e cuidadores para que possam contribuir de forma efetiva com o desenvolvimento cognitivo, emocional e afetivo das crianças atendidas.

### CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA

Programas que assegurem a reintegração de crianças e adolescentes às suas famílias de origem ou a famílias substitutas. Quando privados desse convívio, meninos e meninas precisam ser acolhidos em abrigos que ofereçam um ambiente saudável, acolhedor e estimulante, mas sempre como espaços transitórios, que promovam os cuidados necessários à sua sobrevivência e desenvolvimento, mas também articule oportunidades para que retornem ao convívio familiar.

### NA EMPRESA

Para serem coerentes com o que apregoam no mundo externo, as empresas também devem garantir a oferta de creche, auxílio creche e outros serviços para filhos e filhas de funcionários, conforme artigos 389, 397 e 400 da CLT. Devem ainda assegurar que suas funcionárias possam amamentar seus filhos, pelo menos, até os 6 meses, como indica o artigo 396.

### INFRAESTRUTURA URBANA

Programas que apóiem o poder público na melhoria da infraestrutura urbana das comunidades populares, por meio de incidência política e/ou parcerias efetivas para melhoria de saneamento, coleta de lixo, limpeza de áreas ociosas, construção de praças e parques, entre outros. As iniciativas devem ser complementadas com campanhas que ampliem a consciência dos moradores, para que contribuam com a conservação do ambiente e dos espaços públicos.

### ATIVIDADES LÚDICAS

Programas voltados à construção, ampliação ou melhoria de parquinhos infantis, brinquedotecas, entre outros espaços adequados para o lazer de crianças pequenas. Sugere-se que as atividades incluam a formação de recreadores, contadores de estórias e arte-educadores para promover atividades lúdicas nestes e em outros espaços disponíveis nas localidades. (Essa é também uma oportunidade interessante de inserção profissional para adolescentes e jovens.)

# SEGUNDO CICLO: 7 A 14 ANOS

## O QUE DIZEM OS NÚMEROS E AS COMUNIDADES

### EM RELAÇÃO À ESCOLA

Relatório lançado pelo UNICEF em 2009 sobre o direito a aprender revela que “apesar de possuir características territoriais diferentes entre si, a maioria das comunidades populares dos grandes centros urbanos enfrenta problemas semelhantes: a segregação urbana e a desigualdade de oportunidades no direito à educação. O fato de as escolas estarem localizadas em bairros estigmatizados pode impactar negativamente na qualidade do ensino. Em geral, quanto pior a condição sociourbana, pior o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Quanto menos política de pré-escola, pior o Ideb. Quanto mais alta a taxa de homicídio, menor o Ideb”. Segundo o estudo A Cidade contra a Escola: Segregação Urbana e Desigualdades Educacionais em Grandes Cidades da América Latina<sup>5</sup>, o risco de uma criança que mora em uma comunidade popular ter atraso escolar na 4ª. série do Ensino Fundamental, por exemplo, é 16% maior do que o de uma criança que mora em outros bairros.

Problemas como a defasagem idade-série, a repetência e a evasão estão associados em grande medida à desconexão entre o que se ensina na sala de aula e o que se aprende nas ruas. Os participantes do IRBEM não consideram as escolas atrativas para os jovens (4,4). Lideranças e moradores ouvidos pela Plataforma dos Centros Urbanos também reconhecem que, muitas vezes, as

crianças e adolescentes não gostam de freqüentar a escola, nem se envolvem com as atividades oferecidas (4,5). Como razão para isso, justificam que as aulas não são interessantes, nem ensinam coisas que ajudam os alunos a entender a realidade e a se preparar para a vida (4,3). As crianças e os adolescentes consultados são mais condescendentes com suas escolas, onde dizem aprender coisas interessantes que os ajudam a entender o mundo (7,2).

Outro desafio apontado pela população é o desempenho dos profissionais da educação. Os respondentes do IRBEM os consideram medianamente qualificados (5,4), no que são acompanhados pelos adultos consultados pela Plataforma, para os quais os diretores são, em parte, bons profissionais e mantêm um bom relacionamento com professores, alunos e pais (5,6) e os professores ensinam razoavelmente bem às crianças e aos adolescentes (5,0). Os moradores das comunidades evidenciam ainda que muitas vezes os docentes das escolas públicas não se mostram comprometidos, nem gostam de seu trabalho (4,8). Crianças e adolescentes contam que ainda é recorrente o fato de não terem aulas por problemas de falta de professores (5,5). ▶

<sup>5</sup> Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro e Ruben Kaztman (organizadores), Letra Capital Editora, 2008

# SEGUNDO CICLO: 7 A 14 ANOS

## O QUE DIZEM OS NÚMEROS E AS COMUNIDADES

### EM RELAÇÃO À ESCOLA (CONTINUAÇÃO)

As consultas de percepção realizadas pela Plataforma apontam a má qualidade das relações na escola como um dos principais problemas a serem enfrentados. Para eles, o relacionamento entre professores e alunos muitas vezes não é amigável e respeitoso (4,1), as escolas têm dificuldade de prevenir situações de violência e resolvê-las adequadamente (4,4), e o ambiente escolar, em muitos casos, não promove a inclusão, nem é saudável, afetuoso e livre de preconceitos e de violência (3,5).

Também acreditam que as opiniões e sugestões dos alunos não são consideradas pelos professores e/ou pela direção da escola (3,8). As crianças e os adolescentes ouvidos concordam com essa posição e afirmam que poucos são os adultos em suas escolas com quem podem conversar sobre seus problemas e sentimentos (4,9) e que suas idéias são parcialmente ouvidas por seus professores (5,6).

Outro fator que contribui para a má qualidade do ensino nas escolas que estão nessas localidades é a baixa participação das famílias e das comunidades. Respondentes do IRBEM avaliam como razoável o envolvimento das famílias na educação de seus filhos e filhas (5,2). Crianças e adolescentes entrevistados pela Plataforma, sempre mais otimistas, dizem que parte de seus professores conversa

com seus familiares sobre seu aproveitamento na escola (6,4). Já os adultos consultados consideram que as famílias demonstram parcial compreensão sobre a importância da educação de seus filhos e se esforçam medianamente para que eles sejam bons alunos (5,1), mas não participam ativamente das Associações de Pais e Mestres (APMs) e Conselhos Escolares (4,3), nem acompanham de perto as atividades realizadas pelos seus filhos e filhas na escola (3,9). Apontam ainda que familiares e membros da comunidade dão poucas opiniões e sugestões a professores e à direção da escola (3,7).

A população ouvida pelo IRBEM reconhece que o acesso de crianças e adolescentes com deficiência à rede escolar ainda é uma questão a ser resolvida (4,3). Lideranças e moradores ouvidos pela Plataforma também indicam que alunos com deficiência ainda não são bem recebidos pelas escolas de suas comunidades. As crianças e os adolescentes contam que suas escolas são parcialmente adaptadas para receber alunos com algum tipo de deficiência (5,1) e que nem todos os alunos são respeitados independente de cor, religião, cultura e condição física (5,9).

# SEGUNDO CICLO: 7 A 14 ANOS

## O QUE DIZEM OS NÚMEROS E AS COMUNIDADES

### EM RELAÇÃO A OPORTUNIDADES DE INCLUSÃO DIGITAL, CULTURA, ESPORTE E LAZER

Muito mais que um complemento ao ensino formal, atividades de inclusão digital, cultura, esporte e lazer são direitos fundamentais e requisitos para que crianças e adolescentes desenvolvam todo o seu potencial e estejam aptos a se inserir de forma qualificada na sociedade. São Paulo, no entanto, é uma cidade bastante desigual em relação à distribuição desses serviços e oportunidades.

Em 2009, o Observatório Cidadão indicava que 56 distritos não possuíam uma única unidade esportiva<sup>6</sup> municipal. Dos 85 centros culturais<sup>7</sup> mapeados através da Secretaria Municipal de Cultura, nove estavam na região da Sé, enquanto 59 distritos não dispunham de espaços desse tipo. Segundo o Observatório Cidadão, em 2008, São Paulo possuía apenas 0,42 livros infanto-juvenis disponíveis em bibliotecas e pontos de leitura municipais por habitante na faixa etária de 7 a 14 anos<sup>8</sup>. Naquele ano, as subprefeituras de Cidade Ademar, Parelheiros e São Mateus não dispunham de espaço público de leitura.

Os participantes do IRBEM também se queixam da falta de bibliotecas públicas próximas a seus locais de moradia (4,4). Indicam que têm pouco tempo disponível para o lazer (5,1) e frequentam ainda menos clubes ou espaços de recreação (4,2). Já os meninos e meninas ouvidos pela Plataforma dos Centros Urbanos contam que até têm tempo para estar com seus amigos, descansar e se

divertir (7,5), mas que são poucos os lugares existentes em suas comunidades onde podem brincar, encontrar os colegas e fazer coisas juntos (5,8) ou participar de atividades esportivas e culturais (5,7). Apontam ainda que participam pouco de atividades culturais e de lazer dentro e fora da comunidade (4,8) e que dificilmente são consultados sobre a criação de lugares de lazer na comunidade onde moram (3,9).

Em 2009, a prefeitura já havia implantado quase 300 telecentros<sup>9</sup>, mas ainda estava longe de atender à crescente demanda da garotada, que se ressentia da lentidão da conexão à internet e da limitação técnica dos computadores disponibilizados. Os participantes do IRBEM também se mostram razoavelmente descontentes com as políticas públicas e gratuitas para o acesso à internet (5,2). Lideranças comunitárias e moradores que participaram da consulta realizada pelos Grupos Articuladores da Plataforma dos Centros Urbanos confirmam que os adolescentes têm acesso ainda restrito à internet e a outros equipamentos que os integram ao que acontece na cidade, no país e no mundo (5,4).

<sup>9</sup> Fonte: Secretaria Municipal para Participação e Parceria - Coordenadoria de Inclusão Social - Elaboração: SMDU (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano) - Dipro (Departamento de Estatística e Produção de Informação)

<sup>6</sup> Fonte: SEME (Secretaria Municipal de Esporte)

<sup>7</sup> Fonte: SMC (Secretaria Municipal de Cultura)

<sup>8</sup> Fonte: SMC (Secretaria Municipal de Cultura) - Departamento de Bibliotecas/IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)/SEADE (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados) - Elaboração: Rede Nossa São Paulo



# SEGUNDO CICLO: 7 A 14 ANOS

## O QUE DIZEM OS NÚMEROS E AS COMUNIDADES

### EM RELAÇÃO AOS CUIDADOS COM O CORPO E A SAÚDE

Em São Paulo, o Observatório Cidadão indica que, em 2009, 12,73% dos nascidos vivos tinham mães com 19 anos ou menos<sup>10</sup>. Os respondentes do IRBEM atribuem nota 5,6 ao papel dos pais na orientação sexual dos filhos e 5,2 a educação dada nas escolas sobre educação sexual. A avaliação é mais baixa quando são avaliados o grau de acesso a informações para os jovens na prevenção ao uso de drogas (4,9) e os programas de prevenção da gravidez na adolescência (4,7).

Os respondentes do IRBEM avaliam medianamente o papel dos pais desempenham na orientação sexual dos filhos (5,6) e das escolas na promoção da educação sexual (5,2). A avaliação é mais baixa quando analisado o grau de acesso dos jovens a informações que previnam o uso de drogas (4,9) e a gravidez na adolescência (4,7).

<sup>10</sup> Fonte: SINASC (Sistema de Informações de Nascidos Vivos)/SMS (Secretaria Municipal de Saúde).

Embora os adolescentes consultados pela Plataforma dos Centros Urbanos afirmem que já participaram de programas de orientação sobre temas relacionados à sua saúde (6,8), reconhecem que é mediana a disponibilidade de profissionais de saúde que entendam de assuntos específicos dessa faixa etária (5,2). Eles também relatam a ausência de programas que promovem o comportamento responsável quanto à gravidez na adolescência, abuso de álcool e drogas (4,0).

Quando analisados os dados sobre HIV/aids, nota-se uma avaliação bastante positiva em relação ao acesso de jovens ao preservativo, tanto por adultos (6,8) quanto por adolescentes (7,5). No entanto, para as lideranças, faltam aos adolescentes informação (4,3) e atitude de prevenção (3,9), questões que são melhor avaliadas pelos meninos e meninas.

# SEGUNDO CICLO: 7 A 14 ANOS

## O QUE AS EMPRESAS PODEM ARTICULAR OU REALIZAR

### ESCOLA FORMAL

Iniciativas voltadas à melhoria da qualidade do ensino-aprendizagem que envolvam:

- » a formação continuada e a valorização dos profissionais da educação;
- » a melhoria da gestão escolar, com o fortalecimento da participação dos alunos, das famílias e da comunidade nos processos de governança, controle social e corresponsabilização pela melhoria do desempenho dos estudantes e da escola;
- » a concepção de metodologias e materiais que contextualizem o processo pedagógico e o aproxime da realidade e do interesse de crianças e adolescentes que vivem em comunidades populares da cidade de São Paulo;
- » a harmonização das relações no ambiente escolar, com a prevenção de casos de depreciação, bullying, entre outros tipos de violência;
- » o apoio à inclusão de crianças e adolescentes com deficiência na escola regular;
- » a melhoria da infraestrutura das escolas, incluindo reformas, doação de equipamentos e materiais de apoio, como computadores, livros e material esportivo.

### AÇÕES COMPLEMENTARES À ESCOLA

Criação, revitalização ou manutenção de espaços de convivência orientada, que ofereçam acesso ao esporte, à cultura, ao lazer, à inclusão digital, à educação ambiental, à formação profissional e ao desenvolvimento de cuidados com o corpo e a saúde, entre outras atividades. As empresas podem direcionar recursos para:

- » montagem e/ou manutenção de infraestrutura, equipamentos e materiais de apoio;
- » desenvolvimento de programas de arte-educação, educomunicação e esporte educacional, entre outros, que promovam o uso inteligente, criativo e transformador da infraestrutura oferecida;
- » capacitação dos profissionais responsáveis, para assegurar a qualidade das atividades e os seus impactos positivos na vida das crianças e dos adolescentes atendidos.

Recomenda-se envolver a comunidade na concepção e gestão dos centros de convivência para assegurar apropriação e engajamento; garantir que sejam espaços democráticos, onde diferentes parceiros, inclusive agentes da própria comunidade, promovem atividades complementares para atender às diversas demandas identificadas; criar mecanismos que garantam a sua sustentabilidade, a partir da sua articulação com programas governamentais.

# TERCEIRO CICLO: 15 A 18 ANOS

## O QUE DIZEM OS NÚMEROS E AS COMUNIDADES

### EM RELAÇÃO À PREPARAÇÃO PARA O MUNDO DO TRABALHO

O Observatório Cidadão indica que o desemprego de jovens de 16 a 29<sup>11</sup> anos na cidade de São Paulo em 2008 era de 16,45%, chegando a 19,26% na região da Subprefeitura de Parelheiros. Participantes do IRBEM consideram razoável o acesso desses jovens ao ensino técnico, profissionalizante e universitário (5,0) e, um pouco pior, ao primeiro emprego (4,8). As lideranças e moradores entrevistados pela Plataforma se ressentem ainda mais da baixa oferta de programas de formação e inserção profissional para os adolescentes das suas comunidades (3,8) e do fato dos adolescentes não aproveitarem adequadamente as oportunidades de capacitação que lhes são oferecidas para construir seu futuro (4,5). As crianças e os adolescentes também afirmam serem poucos os programas de preparação e colocação profissional existentes nas regiões em que vivem (4,8).

Outra questão que afeta fortemente a entrada dos jovens no mundo do trabalho diz respeito à crise do Ensino Médio. Mesmo com a elevação do nível de exigência das empresas em relação à escolaridade, ainda é alto o número de adolescentes e jovens que abandonam a escola antes de completar o último ciclo da educação básica. Muitas comunidades populares nem mesmo são servidas por escolas que oferecem essa etapa do ensino. As que existem vivenciam diversos problemas, como a alta rotatividade do corpo docente, a ocorrência de agressões físicas

e a presença de tráfico e/ou consumo de drogas nesses estabelecimentos. A reforma do Ensino Médio está entre as prioridades educacionais do país e busca, inclusive, articular o ensino formal com a educação profissionalizante, a fim de permitir que os alunos vejam mais sentido em permanecer na escola e concluir a sua formação, além de se prepararem de forma mais efetiva para enfrentar os desafios da vida adulta.

Seja na escola formal, seja em cursos profissionalizantes, os adolescentes e jovens também têm pouco acesso a processos formativos que os ajudem a construir um projeto de vida e a identificar e percorrer caminhos que os preparem para ser profissionais e cidadãos mais autônomos e aptos a lidar com os desafios contemporâneos.

Adolescentes e jovens que procuram trabalho também se lamentam da dificuldade de conseguir o primeiro emprego por falta de experiência. A Lei da Aprendizagem é uma via importante para que muitos adolescentes tenham sua primeira chance de empregabilidade. Mas mesmo estabelecida a obrigatoriedade da contratação, o número de aprendizes na cidade de São Paulo ainda é muito baixo em relação ao potencial existente.

<sup>11</sup> Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego da SEADE (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados)/DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos)

# TERCEIRO CICLO: 15 A 18 ANOS

## O QUE DIZEM OS NÚMEROS E AS COMUNIDADES

### EM RELAÇÃO À PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA

A falta de oportunidades e o intenso processo de aliciamento, principalmente por grupos criminosos organizados, têm provocado o crescimento da participação de adolescentes em atividades ilícitas. O Observatório Cidadão revela que, em 2006, a cidade de São Paulo já computava 11.059 atos infracionais<sup>12</sup> cometidos por adolescentes, sendo que apenas 0,64% dos envolvidos residiam na Subprefeitura de Pinheiros, enquanto a maior parte, ou 6,58%, morava na Subprefeitura do Campo Limpo.

Ainda assim, eles figuram com muito mais freqüência na lista das vítimas do que dos agressores. É alto o número de homicídios entre jovens de 15 a 29<sup>13</sup> anos no município. Em 2009, foram 630 casos, num total de 50,21 óbitos para cada cem mil habitantes do sexo masculino nesta faixa etária. Vale ressaltar que nenhuma dessas mortes ocorreu no distrito do Alto de Pinheiros e que o indicador no Brás foi de 201,53 para cada cem mil, com seis óbitos computados.

<sup>12</sup> Fonte: INFOCRIM-SSP (Sistema de Informação Criminal) - Elaboração: Kairós

<sup>13</sup> Fonte: Pro-Aim (Programa de Aprimoramento das Informações de Mortalidade no Município de São Paulo)/SMS (Secretaria Municipal de Saúde)

Os respondentes do IRBEM deram nota baixa para o funcionamento do sistema de garantia de direitos da infância e adolescência na cidade de São Paulo (4,5), para a proteção oferecida às crianças e aos adolescentes do município (4,4) e para o atendimento às vítimas de violência e risco de vida (4,3). Questionaram a qualidade e humanização do atendimento dos policiais (4,5) e a disposição dos moradores da cidade de adotar uma cultura de paz e de recusa da violência (4,6).

Os entrevistados pela Plataforma acreditam que as organizações que respondem pela proteção de meninos e meninas (como o Conselho Tutelar, a Vara de Infância e Juventude, a Defensoria, o Ministério Público, as delegacias especializadas e a polícia, entre outros) não agem de maneira integrada e contribuem pouco com a segurança física e psicológica dos meninos e meninas de sua comunidade (4,1). Questionam a capacidade do Conselho Tutelar de acompanhar os casos ▶

# TERCEIRO CICLO: 15 A 18 ANOS

## O QUE DIZEM OS NÚMEROS E AS COMUNIDADES

### EM RELAÇÃO À PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA (CONTINUAÇÃO)

de violação de direitos e encaminhar soluções (4,6) e dos serviços públicos de informar os órgãos competentes sobre atos de violência cometidos contra crianças e adolescentes (4,7). Acima de tudo, percebem que não há um relacionamento de confiança entre a comunidade e os agentes do sistema de segurança, como policiais e delegados (2,9).

Os adultos consultados pela Plataforma também não sentem que aqueles que violam os direitos da infância e adolescência são punidos (3,9). Sabem razoavelmente para onde encaminhar os casos de violência (6,0), mas acreditam que existem boas chances daqueles que denunciam se colocarem em situação de risco (5,6). Já as crianças e os adolescentes se sentem relativamente seguros no caminho de casa para a escola (6,1) e quando saem de casa sozinhos (5,6) contam que existem adultos em quem confiam e que podem ajudá-los se correrem risco de sofrer qualquer tipo de violência (6,8).

O trânsito é outro fator de ameaça para meninos e meninas. Segundo o Observatório Cidadão, as mortes por atropelamento<sup>14</sup> atingiram 5,26 em cada cem mil habitantes da cidade de São Paulo em 2009. No distrito de Socorro esse índice foi de 16,25 por cem mil no mesmo período. Os participantes do IRBEM se queixam da qualidade das calçadas (3,7) e da falta de respeito aos pedestres (3,5). As lideranças consultadas pela Plataforma confirmam que, nas suas comunidades, faltam calçadas, sinais de trânsito e passarelas para evitar atropelamentos e mortes (3,6) e que as crianças e adolescentes recebem pouca orientação para prevenir-se de acidentes de trânsito e atropelamentos (4,5).

<sup>14</sup> Fonte: Pro-Aim (Programa de Aprimoramento das Informações de Mortalidade no Município de São Paulo)/ SMS (Secretaria Municipal de Saúde) - Elaboração: Kairós

# TERCEIRO CICLO: 15 A 18 ANOS

## O QUE AS EMPRESAS PODEM ARTICULAR OU REALIZAR

### TRABALHO

Programas de formação profissional que desenvolvam conhecimentos e habilidades técnicas, bem como atitudes e comportamentos que preparem os adolescentes para o mundo do trabalho. As iniciativas também devem articular oportunidades de inserção profissional, por meio da Lei do Aprendiz, de programas de estágio ou de apoio ao empreendedorismo juvenil, entre outros. Esses processos precisam ainda contribuir para que os jovens construam projetos de vida que orientem suas decisões, os façam compreender a relevância de continuarem investindo na sua educação e os afastem de situações de risco. É de fundamental importância que esses programas contemplem adolescentes em situação de maior vulnerabilidade e com mais dificuldade de inserção social e profissional, como aqueles que tem algum tipo de deficiência e os que estão cumprindo medidas socioeducativas.

### ENSINO MÉDIO

Programas que contribuam com a reforma do Ensino Médio e façam com que essa etapa da educação básica tenha consonância com a dinâmica e as demandas do mundo contemporâneo e responda melhor aos interesses dos próprios alunos e às suas necessidades de preparação para a vida e para o trabalho.

### SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS

Iniciativas que fortaleçam instituições do sistema de garantia de direitos previsto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e que estão em permanente contato com as comunidades, contribuindo para a prevenção e o encaminhamento de casos de violação, especialmente os Conselhos Tutelares e os Centros de Defesa (Cedecas). No caso dos Conselhos Tutelares, as empresas podem investir em programas de formação de conselheiros e de conscientização da população sobre a sua importância e funcionamento, principalmente para que saibam acessar os seus serviços e escolher bem seus integrantes, já que são eleitos por voto direto. No caso dos Cedecas, recomenda-se que recebam financiamento para sua manutenção, a fim de que continuem denunciando os casos de violência contra a infância e adolescência e mobilizando os responsáveis para que cumpram o seu papel na prevenção das violações e na promoção dos direitos de meninos e meninas. As empresas também podem atuar no desenvolvimento de campanhas de mobilização social que contribuam para a construção de uma cultura de paz e cidadania nas comunidades populares da cidade de São Paulo.

### NA EMPRESA

Cumprimento da Lei do Aprendiz, com a contratação de adolescentes e a criação de oportunidades qualificadas para que eles se desenvolvam como profissionais e cidadãos. Nesse sentido, é fundamental que as empresas realmente acreditem no potencial desses jovens e ofereçam desafios e perspectivas que os permita descobrir seus talentos e construir uma carreira.

# MAPA REGIÕES DE INVESTIMENTO



Áreas	Distritos	Zona
1 Jardim Aricanduva	Aricanduva	Leste
2 Anhanguera	Anhanguera	Norte
3 Jaguaré	Jaguaré	Centro/Oeste
4 Nova Aliança	Parelheiros	Sul





ACESSE:

[www.ForumEmpresarialSP.org.br](http://www.ForumEmpresarialSP.org.br)

Propostas para  
Infância e Adolescência:

Como as empresas podem contribuir para garantir os direitos das crianças e dos adolescentes da cidade de São Paulo